



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO GM S.A

SEMESTRE FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2023

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	13
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	16
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	16
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	17
4. DISPONIBILIDADES.....	23
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	23
6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	25
7. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO	29
8. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA	30
9. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS	30
10. ATIVO IMOBILIZADO	31
11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	31
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	32
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS	36
14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS.....	36
15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS	36
16. RENDAS ANTECIPADAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	38
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
18. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	39
19. DESPESA DE PESSOAL.....	39
20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	40
21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	40
22. PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS.....	41
23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	41
24. PARTES RELACIONADAS	41
25. GERENCIAMENTO DE RISCO	44
26. ÍNDICE DE BASILEIA.....	47
27. OUTROS ASSUNTOS	47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Avaliação do Resultado

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$ 8.924 milhões (R\$ 8.082 milhões em 31 de dezembro de 2022). O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 2.820 milhões (R\$ 2.779 milhões em 31 de dezembro de 2022) e os Ativos totalizaram R\$ 12.173 milhões (R\$ 10.840 milhões em 31 de dezembro de 2022). O índice de Basileia em 30 de junho de 2023 foi de 31,64% (34,20% em 31 de dezembro de 2022).

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GM S.A., possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal www.chevroletsf.com.br, e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.860/20 e nº 4.859/20.

São Paulo, 17 de agosto de 2023.

A Administração.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução CMN nº 4.910/21, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da Chevrolet Serviços Financeiros, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda..

O período de referência do documento é o semestre findo em 30 de junho de 2023.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a Chevrolet Serviços Financeiro.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a diretoria da instituição ocorreram em 21 de junho de 2023 e em 17 de agosto de 2023 tendo o conteúdo de tais encontros devidamente formalizados em atas.

Na reunião de 17 de agosto de 2023, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2023 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação do:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria (data-base 30 de junho de 2023), conforme determinações da Resolução nº 4.860/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução do Banco Central nº 28/2020.

Em termos de efetividade das auditorias independente e externa, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do primeiro semestre de 2023, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna cumprindo o plano estabelecido para o exercício. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores independentes e internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pela(s) implementação(ões) e data de conclusão esperada.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Por fim, os trabalhos das auditorias independente e interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da Chevrolet Serviços Financeiros.

Ao longo do primeiro semestre de 2023, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independências das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 30 de junho de 2023.

São Paulo, 17 de agosto de 2023.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco GM S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GM S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos,

incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A diretoria exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 30 de junho de 2023, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 8.923.969 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 243.331 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 15, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 30 de junho de 2023, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 846.547 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 30 de junho de 2023 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analizamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

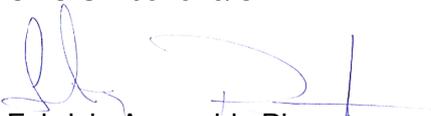
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC SP-241659/O

ATIVO	Nota	Jun/2023	Dez/2022
CIRCULANTE		5.740.368	4.881.278
Caixa e Equivalentes de Caixa		19	6
Disponibilidades	4	19	6
Instrumentos Financeiros		5.519.050	4.765.968
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	623.357	321.793
Títulos e Valores Mobiliários	5b	113.376	102.964
Operações de Crédito	6	4.878.070	4.438.439
Operações de Crédito - Setor Privado		4.519.948	4.047.876
Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão		358.122	390.563
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	31.101	31.983
Operações de Arrendamento - Setor Privado		31.101	31.983
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6h	(126.854)	(129.211)
(-) Operações de Crédito		(126.684)	(129.035)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(170)	(176)
Outros Ativos		221.299	115.304
Diversos	7	138.448	42.825
Ativo Fiscal Corrente	7	70.716	61.097
Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda	8a	7.531	7.407
Despesas Antecipadas	8b	4.604	3.975
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.601.953	5.185.117
Instrumentos Financeiros		3.898.321	3.482.370
Operações de Crédito	6	4.002.049	3.586.596
Operações de Crédito - Setor Privado		4.001.143	3.581.468
Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão		906	5.128
Operações de Arrendamento Mercantil	6b	12.749	25.456
Operações de Arrendamento - Setor Privado		12.749	25.456
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6h	(116.477)	(129.682)
(-) Operações de Crédito		(116.407)	(129.542)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(70)	(140)
Outros Ativos		940.898	946.885
Diversos	7	937.107	946.885
Despesas Antecipadas	8b	3.791	-
Ativo Fiscal Diferido	7	762.734	755.862
PERMANENTE		830.705	773.442
Investimentos		816.743	758.714
Participações em Controladas no País	9	816.743	758.714
Imobilizado de Uso		13.962	14.728
Outras Imobilizações de Uso		32.220	32.148
(-) Depreciações Acumuladas		(18.258)	(17.420)
TOTAL DO ATIVO		12.173.026	10.839.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Continuação

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Jun/2023	Dez/2022
CIRCULANTE		4.405.150	3.017.998
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11	3.820.132	2.728.795
Depósitos		2.563.012	1.538.560
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		1.257.120	1.190.235
Outras Obrigações		585.018	289.203
Obrigações Fiscais Correntes	14	61.790	42.196
Diversas	13	523.228	247.007
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.948.025	5.042.500
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11	3.751.357	3.649.511
Depósitos		396.710	686.223
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		3.354.647	2.963.288
Provisões	15	846.547	856.467
Obrigações Fiscais Diferidas	14	220.025	219.833
Outras Obrigações		10.572	283.200
Diversas	13	10.572	283.200
Rendas Antecipadas de Operações de Crédito	16	119.524	33.489
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.819.851	2.779.339
Capital	17a	2.416.479	2.416.479
De Domiciliados no País		2.416.470	2.416.470
De Domiciliados no Exterior		9	9
Reserva de Lucros	17c	403.372	362.860
TOTAL DO PASSIVO		12.173.026	10.839.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Nota	Jun/2023	Jun/2022
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		835.914	637.003
Operações de Crédito	18	772.911	589.359
Operações de Arrendamento Mercantil	18	22.940	18.981
Rendas com Aplicações Financeiras	5a	29.651	23.315
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5c	10.412	5.348
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(585.996)	(502.293)
Operações de Captações no Mercado	11a	(436.373)	(317.812)
Operações de Arrendamento Mercantil	18	(19.045)	(15.886)
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros	6i	(29.395)	(16.528)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6g	(101.183)	(152.067)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		249.918	134.710
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(99.091)	(28.196)
Rendas de Prestação de Serviços		23.888	24.158
Rendas de Tarifas Bancárias		34.251	19.623
Despesas de Pessoal	19	(78.753)	(72.672)
Outras Despesas Administrativas	20	(187.554)	(118.358)
Despesas Tributárias	23	(18.990)	(14.885)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	58.029	82.282
Outras Receitas Operacionais	21	138.651	107.848
Despesas com Provisões	22	(29.662)	(21.565)
Outras Despesas Operacionais	22	(38.951)	(34.627)
RESULTADO OPERACIONAL		150.827	106.514
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		2.228	1.309
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		153.055	107.823
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(31.669)	(3.591)
Provisão para Tributos Correntes		(38.349)	(29.668)
Provisão para Tributos Diferidos		(192)	2.152
Ativo Fiscal Diferido		6.872	23.925
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(14.548)	(18.486)
RESULTADO LÍQUIDO		106.838	85.746
Atribuível à Controladora		106.838	85.746
Atribuível aos Não Controladores		-	-
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,09	0,08
Total de ações - 1.141.400.925			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Jun/2023</u>	<u>Jun/2022</u>
Resultado Líquido	106.838	85.746
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	106.838	85.746
Atribuível à Controladora	106.838	85.746
Atribuível aos Não Controladores	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>2.416.479</u>	<u>185.679</u>	<u>66.326</u>	-	<u>2.668.484</u>
Resultado Líquido do Período	-	-	-	85.746	85.746
Destinação do Lucro:					
Reserva Legal	-	4.287	-	(4.287)	-
Reservas de Lucro	-	-	81.459	(81.459)	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	<u>2.416.479</u>	<u>189.966</u>	<u>147.785</u>	-	<u>2.754.230</u>
Mutações do Período	<u>-</u>	<u>4.287</u>	<u>81.459</u>	-	<u>85.746</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>2.416.479</u>	<u>194.684</u>	<u>168.176</u>	-	<u>2.779.339</u>
Resultado Líquido do Período	-	-	-	106.838	106.838
Destinação do Lucro:					
Reserva Legal	-	5.342	-	(5.342)	-
Reservas de Lucro	-	-	101.496	(101.496)	-
Dividendos	-	-	(66.326)	-	(66.326)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2023	<u>2.416.479</u>	<u>200.026</u>	<u>203.346</u>	-	<u>2.819.851</u>
Mutações do Período	<u>-</u>	<u>5.342</u>	<u>35.170</u>	-	<u>40.512</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Jun/2023	Jun/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido Ajustado		448.049	350.953
Resultado Líquido do Período		106.838	85.746
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso		2.587	2.129
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento		12.343	11.056
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	3f	6.435	4.067
Outras Despesas de Arrendamento		267	762
Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso		(1.041)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	(58.029)	(82.282)
Resultado na Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		(1.047)	(1.202)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6g	101.183	152.067
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	21	(31.260)	(23.877)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5c	(10.412)	(5.348)
Juros apropriados de Depósitos		90.027	95.761
Juros apropriados de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		258.185	151.173
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	15b	19.557	14.075
Rendas Antecipadas de Operações de Crédito	16	(79.253)	(56.765)
Tributos Diferidos	12b	(6.680)	(26.077)
Provisão para Tributos Corrente	12b	38.349	29.668
Variação de Ativos e Obrigações		(79.366)	(407.325)
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		-	72.499
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		(958.240)	(190.796)
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(36.458)	4.232
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		(4.420)	(3.075)
(Aumento) Redução em Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		923	(1.114)
Aumento (Redução) em Depósitos		753.941	(411.352)
Aumento (Redução) em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		302.551	281.060
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(44.447)	(72.062)
Aumento (Redução) em Rendas Antecipadas		165.288	47.078
Alienação de Imobilizado de Arrendamento		(19.045)	(15.885)
Juros Pagos de Depósito		(109.029)	(57.764)
Juros Pagos de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		(102.492)	(32.311)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(27.938)	(27.835)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		368.683	(56.372)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação de Imobilizado de Uso		2.225	166
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3.005)	(2.104)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		(780)	(1.938)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		-	(54.917)
Dividendos pagos		(66.326)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento		(66.326)	(54.917)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES		301.577	(113.227)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		321.799	627.700
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos		623.376	514.473
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		301.577	(113.227)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A., com sede administrativa na Avenida Indianópolis, nº 3.096, São Paulo-SP, Brasil, é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. O Banco tem como controladora final a General Motors Company, empresa com ações listadas na bolsa de Nova York e situada em Detroit, Michigan, Estados Unidos. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Chevrolet Serviços Financeiros, as quais atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas, nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

- a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- b) CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16
- c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- d) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

- e) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- f) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- g) CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- h) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- i) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- j) CPC 27 – Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- k) CPC 33 (R1) de Benefícios a empregados – homologado pela resolução CMN nº 4.877/20;
- l) CPC 41 Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- m) CPC 46 Mensuração do Valor Justo – homologado pela resolução CMN nº 4.924/21;
- n) CPC 47 Receita de contrato com cliente – homologado pela resolução CMN nº 4.924/21 (parcial);
- o) CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico (R2) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 17 de agosto de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada para risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03 (R2), são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

d) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *“pro rata temporis”* e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

e) Instrumentos Financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria *“títulos mantidos até o vencimento”*.

ii. Operações de crédito

As operações de crédito estão apresentadas a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das receitas de juros.

iii. Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato, e são apresentadas pelo valor presente, conforme Resolução BCB nº 02/20. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica *“Valores residuais a realizar”*, tendo como contrapartida a rubrica *“Valores residuais a balancear”*, ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

iv. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

v. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

As provisões para perdas esperadas associadas ao Risco de Crédito das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros ativos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros ativos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Para as operações contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor superior a R\$ 50,00 é efetuada a avaliação por cliente das perdas prováveis associadas ao risco de crédito.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no semestre findo em 30 de junho de 2023, insuficiência de depreciação no montante de R\$6.435 (R\$4.067 em 30 de junho de 2022), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava insuficiência de depreciação em 30 de junho de 2023 de R\$20.439 (R\$18.822 em 31 de dezembro de 2022), classificada no imobilizado de arrendamento, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89, Pronunciamento Técnico CPC 27 e Resolução CMN nº 4.535/16.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

h) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias “*pro rata temporis*” e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2023, baseadas nos critérios definidos na Instrução Normativa BCB nº 319/2022 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano (R\$120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

k) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

m) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "*pro rata temporis*" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

n) Resultado não Recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na resolução BCB nº 02/2020, a instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e origem ao resultado não recorrente, que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros e que não estejam relacionados com as atividades típicas da instituição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Jun/2023	Dez/2022
Disponibilidades em Moeda Nacional	15	2
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	4	4
Total	19	6

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) As aplicações interfinanceiras de liquidez, apresentavam as seguintes composições:

	Jun/2023	Dez/2022
Aplicação de Mercado Aberto - LTN	-	101.757
Aplicação de Mercado Aberto - NTN	623.357	220.036
Total	623.357	321.793

No 1º semestre de 2023 foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 29.651 (R\$ 23.315 no 1º semestre de 2022).

b) Valor justo dos Instrumentos Financeiros – Títulos e Valores Mobiliários

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	Jun/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Privados				
Cotas de Fundo de Investimento	-	113.376	-	113.376
Total	-	113.376	-	113.376

Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	Dez/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Privados				
Cotas de Fundo de Investimento	-	102.964	-	102.964
Total	-	102.964	-	102.964

- c) Os Títulos e Valores Mobiliários são representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") – Banco GMAC Financiamento a Concessionários. No período foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 10.412 (R\$ 5.348 em 30 de junho de 2022).

O Fundo investido, administrado pela Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. e gerido pela Cultinvest Asset Management Ltda, iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira data de emissão ou data em que a última série de cotas seniores for integralmente resgatada, o que ocorrer primeiro. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos.

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 0,40% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que se desconta a remuneração das outras classes de quotas.

Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

As relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)
Cotas seniores	Máximo de 75%
Cotas subordinadas (i)	Mínimo de 25%

(i) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 25% do patrimônio líquido do Fundo.

Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por tipo de operação:

Operações de Crédito	Jun/2023	Dez/2022
Empréstimos	98.701	87.985
Financiamentos	8.422.390	7.541.359
Financiamentos Cedidos com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios (i)	359.028	395.691
Operações de Arrendamento Mercantil	43.850	57.439
Total	8.923.969	8.082.474

(i) Devido à retenção substancial de riscos, um passivo é reconhecido em contrapartida ao ativo (nota 13).

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

Operações de Arrendamento	Jun/2023	Dez/2022
Arrendamentos a Receber	48.470	65.640
Rendas a Apropriar	(48.153)	(65.374)
Valores Residuais a Apropriar	406	550
Valores Residuais a Balancear	(406)	(550)
Imobilizado de Arrendamento	44.052	57.712
Valor Residual Antecipado	(519)	(539)
Total	43.850	57.439

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

Setor Privado	Jun/2023		Dez/2022	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pessoa Física	6.341.957	71,1%	5.879.294	72,7%
Outros Serviços	1.197.629	13,4%	1.517.801	18,8%
Comércio	1.373.345	15,4%	677.812	8,4%
Indústria	11.038	0,1%	7.567	0,1%
Total	8.923.969	100,0%	8.082.474	100,0%

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros ativos, por prazo de vencimento:

Parcelas Vencidas	Jun/2023		Dez/2022	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Até 60 Dias	45.033	0,5%	48.891	0,6%
De 61 a 180 Dias	18.137	0,2%	20.644	0,3%
De 181 a 360 Dias	7.059	0,1%	10.552	0,1%
Total de Parcelas Vencidas	70.229	0,8%	80.087	1,0%
Parcelas a Vencer				
Até 180 dias	3.266.618	36,6%	2.926.595	36,2%
De 181 a 360 Dias	1.572.324	17,6%	1.463.740	18,1%
Acima de 360 Dias	4.014.798	45,0%	3.612.052	44,7%
Total de Parcelas a Vencer	8.853.740	99,2%	8.002.387	99,0%
Total	8.923.969	100,0%	8.082.474	100,0%

e) Concentração do risco de crédito:

Concentração:	Jun/2023		Dez/2022	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Maior Devedor	93.884	1,1%	99.277	1,2%
10 Maiores Seguintes	355.317	4,0%	333.230	4,1%
50 Devedores Seguintes	803.542	9,0%	674.313	8,3%
100 Devedores Seguintes	609.067	6,8%	529.062	6,5%
Demais Devedores	7.062.159	79,1%	6.446.592	79,9%
Total	8.923.969	100,0%	8.082.474	100,0%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

f) Composição da carteira por indexadores:

Indexadores	Jun/2023		Dez/2022	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	7.447.331	83,5%	6.770.112	83,8%
Pós-fixado	1.476.638	16,5%	1.312.362	16,2%
Total	8.923.969	100,0%	8.082.474	100,0%

g) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	Contratos em Carteira	Contratos em Carteira Cedidos	Total
Saldo no Início de dezembro de 2022	254.523	4.370	258.893
Constituição / (Reversão) de Provisões	98.413	2.770	101.183
Baixas	(116.745)	-	(116.745)
Saldo no Final de junho de 2023	236.191	7.140	243.331
Saldo no Início de dezembro de 2021	302.829	2.965	305.794
Constituição / (Reversão) de Provisões	152.696	(629)	152.067
Baixas	(153.512)	-	(153.512)
Saldo no Final de junho de 2022	302.013	2.336	304.349

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros ativos, e correspondente provisão para perda esperada associada para risco de crédito referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Nível de Risco	Taxa de Provisão (%)	Jun/2023		Dez/2022	
		Total de Operações	Provisão Constituída	Total de Operações	Provisão Constituída
AA	0,00%	84.067	-	90.796	-
A	0,50%	5.428.660	27.143	5.399.601	26.998
B	1,00%	1.293.132	12.931	957.411	9.574
C	3,00%	1.514.197	45.426	1.061.335	31.840
D	10,00%	414.380	41.438	329.756	32.976
E	30,00%	79.891	23.967	96.083	28.825
F	50,00%	24.830	12.416	28.117	14.059
G	70,00%	16.006	11.204	15.848	11.094
H	100,00%	68.806	68.806	103.527	103.527
Total		8.923.969	243.331	8.082.474	258.893

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

i) Cessão de crédito:

	Jun/2023	Dez/2022
Valor Presente de Contratos Cedidos Pela Taxa Original	(1.556)	1.241
Operações de Crédito FIDC	346.302	362.514
Obrigações Por Operações Cedidas (nota 13)	(340.792)	(357.092)
Provisão para Perdas Esperadas	(7.066)	(4.181)
Valor Presente de Contratos Cedidos a Outras Instituições	(682)	(2.251)
Operações de Crédito Outras Instituições	12.726	33.177
Obrigações Por Operações Cedidas (nota 13)	(13.334)	(35.239)
Provisão para Perdas Esperadas	(74)	(189)
Total	(2.238)	(1.010)

	Jun/2023	Jun/2022
Operações de Financiamento Cedidas	1.288.147	1.621.737
Operações Cedidas de FIDC	1.274.433	1.539.669
Operações Cedidas a Outras Instituições	13.714	82.068

	Jun/2023	Jun/2022
Despesas Apropriadas por Operações de Financiamento Cedidas	29.395	16.528
Despesas de Operações Cedidas de FIDC	654	3.310
Despesas de Operações Cedidas a Outras Instituições	28.741	13.218

j) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com operações cedidas:

Nível de Risco	Taxa de Provisão	Jun/2023		Dez/2022	
		Total de Operações	Provisão Constituída	Total de Operações	Provisão Constituída
AA	0,00%	16.254	-	19.638	-
A	0,50%	153.231	766	233.375	1.168
B	1,00%	76.225	762	64.319	643
C	3,00%	81.719	2.452	75.393	2.262
D	10,00%	31.599	3.160	2.962	296
E	30,00%	-	-	4	1
F	50,00%	-	-	-	-
H	100,00%	-	-	-	-
Total		359.028	7.140	395.691	4.370

- k) A área de Riscos Corporativos é responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco de mercado das carteiras por meio do acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), avaliando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição. A Chevrolet Serviços Financeiros mensura o IRRBB utilizando a abordagem padronizada definida pelo Banco Central, conforme Circular nº 3.876/2018. Esta norma estabelece o cálculo de duas principais métricas, Δ EVE e Δ NII, que objetivam avaliar, por meio da análise de sensibilidade, os impactos de mudanças nas taxas de juros futuras no valor de mercado e no resultado da carteira detida pela Instituição, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Os cenários padronizados avaliados consideram a aplicação dos seguintes choques paralelos: (I) aumento de 4 (quatro) pontos percentuais e (II) redução de 4 (quatro) pontos percentuais nas taxas de juros futuras para todo horizonte de análise. As avaliações são realizadas como parte das rotinas de gestão que objetivam manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia e apetite a risco, mesmo em situações de *stress*.

7. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Jun/2023	Dez/2022
Créditos Tributários - IR e CS (nota 12c)	762.734	755.862
Depósitos Judiciais (i)	937.107	946.885
Devedores Diversos - País (ii)	58.546	14.986
Impostos a Recuperar (iii)	70.716	61.097
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (nota 24e) (iv)	74.835	26.491
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4.904	1.224
Outros	163	124
Total	1.909.005	1.806.669
Ativo Circulante	209.164	103.922
Ativo Não Circulante	1.699.841	1.702.747
	1.909.005	1.806.669

- (i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Provisões" (nota 15). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 21 e 22, respectivamente).
- (ii) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros ativos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$ 58.546 (R\$ 14.986 em 31 de dezembro de 2022).
- (iii) Refere-se substancialmente a crédito de Imposto de Renda de anos anteriores no montante de R\$ 21.621 (R\$5.565 em 31 de dezembro de 2022) e antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente que juntos somam R\$ 29.980. (R\$ 47.267 em dezembro de 2022)
- (iv) Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$42.147 (R\$18.521 em 31 de dezembro de 2022) e a reembolso de despesas administrativas da General Motors Financial Inc. no valor de R\$ 25.310 (R\$ 2.643 em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

8. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA

a) Ativos não financeiros mantidos à venda

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para a redução ao valor recuperado, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens.

	Jun/2023	Dez/2022
Bens Não de Uso Próprio	12.294	10.882
Provisão Para Redução ao Valor Recuperável	(4.763)	(3.475)
Total	7.531	7.407

b) Despesas antecipadas:

	jun/2023	dez/2022
Operações Securitizadas (i)	2.248	2.385
Operações de Captações Acordados com Corretoras (ii)	437	622
Seguros Antecipados	5.401	674
Outras Despesas Antecipadas	309	294
Total	8.395	3.975

(i) Refere-se às tarifas de registro de boleto de operações securitizadas com instituições financeiras.

(ii) Refere-se ao custo das operações de captações acordados com as corretoras, com uma taxa anual de 0,70%.

Foram apropriadas ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2023, despesas no montante de R\$11.166 (R\$ 9.606 em 30 de junho de 2022), na rubrica “Outras Despesas Administrativas” (nota 20).

9. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	Jun/2023		Dez/2022	
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.
Dados das Controladas				
Patrimônio Líquido Ajustado	779.467	37.279	628.591	228.120
Participação no Capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
	Jun/2023		Jun/2022	
	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.
Movimentação dos Investimentos				
Saldo Inicial do Período	728.496	30.218	628.590	228.098
Resultado de Equivalência Patrimonial	50.971	7.058	51.880	30.402
Saldo Final do Período	779.467	37.276	680.470	258.500

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

10. ATIVO IMOBILIZADO

	Jun/2023				Total
	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistemas de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Veículos	
Custo Inicial do Período	3.488	1.487	11.623	15.550	32.148
Aquisições	-	65	2.940	-	3.005
Alienações	-	(5)	(505)	(2.423)	(2.933)
Custo Final do Período	3.488	1.547	14.058	13.127	32.220
Depreciação Inicial do Período	(7.712)	(777)	(2.021)	(6.910)	(17.420)
Adições	(909)	(125)	(63)	(1.490)	(2.587)
Alienações	376	4	-	1.369	1.749
Depreciação Final do Período	(8.245)	(898)	(2.084)	(7.031)	(18.258)

	Jun/2022				Total
	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistemas de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Veículos	
Custo Inicial do Período	3.580	914	9.105	13.227	26.826
Aquisições	-	555	689	860	2.104
Alienações	-	(6)	-	(212)	(218)
Custo Final do Período	3.580	1.463	9.794	13.875	28.712
Depreciação Inicial do Período	(6.917)	(554)	(1.970)	(4.255)	(13.696)
Adições	(671)	(97)	(64)	(1.297)	(2.129)
Alienações	-	3	-	53	56
Depreciação Final do Período	(7.588)	(648)	(2.034)	(5.499)	(15.769)

11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Jun/2023	Dez/2022
Depósitos Interfinanceiros	1.581.453	524.868
Depósitos a Prazo	1.378.269	1.699.915
Letras Financeiras	4.611.767	4.153.523
Total	7.571.489	6.378.306
Passivo Circulante	3.820.132	2.728.795
Passivo Não Circulante	3.751.357	3.649.511
	7.571.489	6.378.306

As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários – CDB, Letra Financeira LF com vencimentos até setembro de 2026, sujeitos a encargos financeiros prefixados entre 6,67% e 14,28% ao ano no montante de R\$ 1.027.341 (R\$ 666.392 em 31 de dezembro 2022) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do DI, entre 95% e 128%, no montante de R\$6.544.148 (R\$ 5.711.914 em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	Jun/2023	Jun/2022
Letras Financeiras	(291.914)	(166.177)
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(88.107)	(140.240)
Certificados de Depósitos Interfinanceiro - CDI	(55.451)	(9.080)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(901)	(2.315)
Total	(436.373)	(317.812)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Jun/2023		Jun/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes da Tributação	153.055	153.055	107.823	107.823
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Despesa de Acordo com Alíquotas	(38.264)	(30.611)	(26.956)	(21.565)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participações no lucro e resultado	3.637	2.910	4.622	3.697
Resultado de equivalência patrimonial	14.507	11.606	20.571	16.456
Outras adições/exclusões permanentes	671	1.045	(728)	(105)
Total IR e CS Sobre Despesas Permanentes	18.815	15.561	24.465	20.048
Incentivos Fiscais (i)	560	-	405	-
Ajuste de imposto corrente período anterior (ii)	1.359	899	-	-
Adicional do imposto de renda	12	-	12	-
Despesa de IR e CS no Período	(17.518)	(14.151)	(2.074)	(1.517)
Total	(31.669)		(3.591)	

- (i) Do total dos incentivos fiscais, R\$ 560 (R\$ 326 em 31 de dezembro 2022) refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado pelo RIR/99 em seus artigos 641 a 647.
- (ii) O ajuste é referente a reversão de reserva de valor de principal em processo judicial de anos anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

b) Composição do “Resultado de imposto de renda e contribuição social”

	Jun/2023		Jun/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS Correntes Devidos no Período	(22.768)	(17.839)	(16.494)	(13.174)
IR e CS Correntes do Período Anterior	1.359	899	-	-
Constituição / Realização de Impostos Diferidos:	3.891	2.789	14.420	11.657
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	-	-	-	-
Provisão Para Operação de Crédito	7.732	6.185	17.787	14.230
Provisões Para Riscos Fiscais	(1.167)	(934)	(439)	(351)
Outras Adições Temporárias	(2.971)	(2.377)	(3.975)	(3.179)
Correção de Depósitos Judiciais	(107)	(85)	1.196	957
Superveniência de Depreciação	404	-	(149)	-
Total	(17.518)	(14.151)	(2.074)	(1.517)
Total de IR e CS	(31.669)		(3.591)	

c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	Jun/2023		Dez/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	79.624	-	79.624	-
Adições temporárias:				
Provisão Para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	172.141	137.713	164.409	131.527
Provisão Para Riscos Fiscais	193.137	154.196	194.304	155.130
Insuficiência de Depreciação	5.110	-	4.705	-
Outras Adições Temporárias (i)	11.562	9.251	14.535	11.628
Total de Créditos Tributários IRPJ e CSLL	461.574	301.160	457.577	298.285
Total de Créditos Tributários	762.734		755.862	

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos de PLR.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

- d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2023

	IR		CS		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal		
2023	45.096		36.075	-	81.171	71.693
2024	118.419	-	91.004	-	209.423	168.391
2025	106.868	-	84.826	-	191.694	141.922
2026	106.912	(16.467)	85.530	-	175.975	119.627
2027	1.151	10.452	921	-	12.524	7.730
2028	284	18.859	227	-	19.370	10.804
2029	375	19.785	300	-	20.459	10.281
2030	412	19.072	-330	-	19.814	8.972
2031	299	17.271	239	-	17.809	7.245
2032	2.135	10.652	1.708	-	14.495	5.307
Total	381.950	79.624	301.159	-	762.734	551.972

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$551.972 (R\$ 528.834 em 31 de dezembro 2022), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de realização tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

	Dez/2022	Constituições (Realizações) Líquidas	Jun/2023
Créditos Tributários			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões Para Riscos Fiscais	349.433	(2.101)	347.332
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Sobre Insuficiência	295.936	13.917	309.853
Outras Adições Temporárias	4.707	404	5.111
Outras Adições Temporárias	26.162	(5.348)	20.814
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	676.238	6.872	683.110
Créditos de Prejuízo Fiscal	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários	755.862	6.872	762.734
Obrigações Fiscais Diferidas			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre:			
Total das Obrigações Fiscais Diferidas Sobre Diferenças Temporárias	(219.833)	(192)	(220.025)
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias (nota 14)	(219.833)	(192)	(220.025)
Total Líquido	536.029	6.680	542.709
	Dez/2021	Constituições (Realizações) Líquidas	Jun/2022
Créditos Tributários			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões Para Riscos Fiscais	339.086	(790)	338.296
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Sobre Insuficiência	240.656	32.017	272.673
Outras Adições Temporárias	4.774	(149)	4.625
Outras Adições Temporárias	27.785	(7.154)	20.631
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	612.301	23.924	636.225
Créditos de Prejuízo Fiscal	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários	691.925	23.924	715.849
Obrigações Fiscais Diferidas			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Sobre:			
Total das Obrigações Fiscais Diferidas Sobre Diferenças Temporárias	(210.181)	(2.153)	(208.028)
Total de Créditos Tributários Sobre Diferenças Temporárias	(210.181)	(2.153)	(208.028)
Total Líquido	481.744	26.077	507.821

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	jun/2023	dez/2022
Obrigações por Operações de Venda e Transferência de Ativos de Crédito (nota 6i) (i)	354.126	392.331
Valores a Pagar de Pessoal	45.076	50.356
Valor a Pagar de Sociedades Ligadas (nota 24e)	44.417	34.265
Credores Diversos - País	43.568	24.345
Valores a Pagar de Fornecedores Diversos	33.818	18.825
Valores a Repassar a Seguradoras	12.795	10.085
Total	533.800	530.207
Passivo Circulante	523.228	247.007
Passivo Não Circulante	10.572	283.200

(i) Refere-se ao passivo das cessões de crédito de operações de varejo no montante de R\$ 13.334 (R\$ 35.239 em 31 de dezembro de 2022) e FIDC no montante R\$ 340.792 (R\$357.092 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota 6i.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

	Jun/2023	Dez/2022
Provisão Para Imposto Diferido Sobre Atualização de Depósitos Judiciais (nota 12e)	220.025	219.833
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	40.607	23.445
Outros Impostos Indiretos a Pagar	21.183	18.751
Total	281.815	262.029
Passivo Circulante	61.790	42.196
Passivo Não Circulante	220.025	219.833
	281.815	262.029

15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	Jun/2023	Dez/2022
Provisões para Riscos Fiscais	817.354	828.379
Provisões para Riscos Cíveis	16.613	13.788
Provisões para Riscos Trabalhistas	12.580	14.300
Total	846.547	856.467

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	Jun/2023			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no Início do Período	828.379	14.300	13.788	856.467
Constituições (Reversões) do Período	18.452	(1.720)	2.825	19.557
Valores Pagos no Período	(29.477)	-	-	(29.477)
Saldo no Final do Período	817.354	12.580	16.613	846.547

	Jun/2022			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no Início do Período	807.183	20.184	17.379	844.746
Constituições (Reversões) do Período	20.054	(2.755)	(3.224)	14.075
Valores Pagos no Período	(23.603)	-	-	(23.603)
Saldo no Final do Período	803.634	17.429	14.155	835.218

Obrigações Legais

Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) Resumo de passivos contingentes – causas classificadas como possíveis:

	Jun/2023		Dez/2022	
	Quantidade de Processos	Montante (R\$)	Quantidade de Processos	Montante (R\$)
Cíveis	746	18.451	840	19.724
Trabalhista	12	2.173	14	2.463
Fiscais	263	229.064	263	212.851
Total	1.021	249.688	1.117	235.038

16. RENDAS ANTECIPADAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$119.524 (R\$ 33.489 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota 24e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações na rubrica de “Receitas com Operações de Crédito” no semestre findo em 30 de junho de 2023 foram reconhecidos resultados de R\$ 79.253 (R\$ 56.765 em 30 de junho de 2022).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social está representado por 1.141.400 (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2022), expresso no montante de R\$2.416.479 (R\$2.416.479 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$ 2.416.470 de domiciliados no país (R\$ 2.416.470 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 9 de domiciliados no exterior (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2022).

b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

No primeiro semestre de 2023 foram pagos R\$ 66.326 a título de dividendos referentes ao resultado líquido de 2021 (no segundo semestre de 2022 foram pagos R\$ 69.253 de juros sobre o capital próprio, devidamente deliberados e aprovados pela Administração, dentro do limite permitido pelo Banco Central).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2023 é de R\$ 403.372 (R\$ 362.860 em 31 de dezembro de 2022).

18. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

	Jun/2023	Jun/2022
Rendas de Financiamentos	766.217	587.059
Rendas de Empréstimos	6.694	2.300
Rendas de Arrendamento Mercantil	3.895	3.095
Total	776.806	589.359

19. DESPESA DE PESSOAL

Nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, foram reconhecidas "Despesas com Pessoal", conforme demonstrado:

	Jun/2023	Jun/2022
Despesas com Proventos	(42.038)	(39.949)
Despesas com Encargos Sociais	(19.531)	(18.737)
Despesas de Benefícios	(17.092)	(13.901)
Outras Despesas de Pessoal	(92)	(85)
Total	(78.753)	(72.672)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

20. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica “Outras despesas administrativas” apresentava a seguinte composição nos períodos:

	Jun/2023	Jun/2022
	<u>(187.554)</u>	<u>(118.358)</u>
Comissões Pagas às Concessionárias	(91.639)	(49.840)
Propaganda e Publicidade	(22.729)	(4.208)
Serviços Técnicos Especializados	(19.181)	(16.888)
Serviços de Terceiros	(12.620)	(9.614)
Sistemas de Processamento de Dados	(11.210)	(11.059)
Despesas com Sistema Financeiro 8b	(11.166)	(9.606)
Emolumentos cartorários	(2.794)	(633)
Amortizações e Depreciações 10	(2.587)	(2.129)
Despesas Tributárias Administrativas	(2.319)	(4.649)
Sistemas de Comunicação	(1.205)	(1.652)
Locação de Veículos (Nota 24e)	(930)	-
Seguros	(770)	(561)
Outras	(8.404)	(7.519)
Total	<u>(187.554)</u>	<u>(118.358)</u>

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras receitas operacionais” apresentava a seguinte composição nos períodos:

	Jun/2023	Jun/2022
	<u>138.651</u>	<u>107.848</u>
Receita de Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	31.260	23.877
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	30.838	25.940
Reversão de Provisão Fiscal	29.901	21.811
Recuperação de Despesas	29.559	16.116
Resultado na Venda de Bens Não de Uso Próprio	7.343	5.784
Outras Receitas Operacionais	5.758	2.875
Reversão de Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas	3.324	7.491
Reversão de Provisão Operacional	668	3.954
Total	<u>138.651</u>	<u>107.848</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

22. PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica “Provisões e outras despesas operacionais” apresenta a seguinte composição:

	Jun/2023	Jun/2022
<u>Recorrente</u>	<u>(68.613)</u>	<u>(56.192)</u>
Despesa com Provisões Fiscais	(25.233)	(20.054)
Atualizações Monetárias de Contingências Fiscais	(23.120)	(19.347)
Juros e Cobrança	(10.217)	(10.639)
Despesa com Indenizações	(5.102)	(4.011)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	(4.429)	(1.512)
Juros e Multas	(183)	(169)
Outras Despesas Operacionais	(329)	(460)
<u>Total</u>	<u>(68.613)</u>	<u>(56.192)</u>

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Despesas Tributárias” apresenta a seguinte composição:

	Jun/2023	Jun/2022
<u>COFINS</u>	<u>(13.615)</u>	<u>(10.725)</u>
ISS	(3.163)	(2.417)
PIS	(2.212)	(1.743)
<u>Total</u>	<u>(18.990)</u>	<u>(14.885)</u>

24. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo Chevrolet Serviços Financeiros.

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários da Diretoria Executiva	Jun/2023	Jun/2022
Remuneração Fixa	2.262	1.596
Remuneração Variável	2.414	3.277
<u>Total</u>	<u>4.676</u>	<u>4.873</u>

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 4.693/18, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições; e
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

e) Transações com Partes Relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos períodos, podem ser resumidos como segue:

	Jun/2023		Dez/2022	Jun/2022
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Partes Relacionadas				
General Motors do Brasil Ltda.				
Outros Ativos (nota 7)	42.147	-	18.521	-
Rendas de Prestação de Serviços	-	7.974	-	7.710
Outras Obrigações Diversas (nota 13)	(43.943)	-	(34.265)	-
Resultado de Rendas Antecipadas (nota 16)	(119.524)	79.253	(33.489)	56.765
GMF Serviços de Mobilidade Ltda.				
Outros Ativos (nota 7)	750	-	91	-
Outras Obrigações Diversas (nota 13)	(474)	-	-	-
Captações em Depósitos a Prazo	(36.024)	(2.559)	(44.637)	(2.287)
Rendas de Prestação de Serviços	-	3.453	-	485
Despesa com Locação (nota 20)	-	(930)	-	-
GM - Corretora de Seguros de Consórcio Ltda.				
Outros Ativos (nota 7)	296	-	-	-
Captações em Depósitos a Prazo	(23.790)	(930)	(7.190)	-
Rendas de Prestação de Serviços	-	1.631	-	-
Empresas Controladas				
GMAC Administradora de Consórcio Ltda.				
Outros Ativos (nota 7)	4.774	-	4.058	-
Captações em Depósitos a Prazo	(672.964)	(27.961)	(666.369)	(21.962)
Rendas de Prestação de Serviços	-	25.677	-	21.416
GM - Corretora de Seguros Ltda.				
Outros Ativos (nota 7)	1.428	-	1.107	-
Captações em Depósitos a Prazo	(35.816)	(2.031)	(28.155)	(12.911)
Rendas de Prestação de Serviços	-	7.871	-	5.921
Empresas Controladoras				
General Motors Financial Inc.				
Outros Ativos (nota 7)	25.310	-	2.643	-
Rendas de Prestação de Serviços	-	4.612	-	4.139
General Motors Holdings Participações Ltda.				
Outros Ativos (nota 7)	130	-	71	-
Captações em Depósitos a Prazo	(3.298)	(278)	(10.238)	(255)
Rendas de Prestação de Serviços	-	714	-	378
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

25. GERENCIAMENTO DE RISCO

- (a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:
- (i) Departamento de Riscos Corporativos – Departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar ao CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pelo CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprindo e reportando ao CRO;
 - (ii) Risco de Crédito – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;
 - (iii) Risco Operacional – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
 - (iv) Risco de Mercado e IRRBB – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

- (v) Risco de Liquidez – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de Funding, conforme os limites estabelecidos de forma adequada para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;
- (vi) Gerenciamento de Capital – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
- (vii) Risco Social Ambiental e Climático – De acordo com a Resolução CMN nº 4.943/21, o risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum; o risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e o risco climático é definido em duas vertentes: o risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e o risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controles e mitigar estes riscos, quando presentes nas suas atividades e operações. Esta estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS, e também a garantir o devido aproveitamento de oportunidades sociais, ambientais e climáticas identificadas na condução de seus negócios;
- (viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de *Compliance* da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;

- (ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;
- (x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de *rating*, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

(xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiro, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto.

26. ÍNDICE DE BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2023 foi de 31,64%.

	Jun/2023	Dez/2022
PR - Patrimônio de Referência	2.740.227	2.691.709
Capital Social, Reavaliações e Reservas de Lucro	2.819.851	2.779.338
Ajuste Prudencial	(79.624)	(87.629)
Ativos Ponderados Pelos Riscos (RWA)	8.661.682	7.870.919
Risco de Crédito (RWACpad)	8.139.271	7.318.431
Privado Bancário	6.921.313	6.293.289
Privado Não Bancário	460.905	273.945
Público Não Bancário	757.053	751.197
Risco Operacional (RWAOpad)	522.411	552.488
PR Mínimo Obrigatório para RWA	692.935	629.674
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	2.047.292	2.062.035
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	160.727	142.620
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.886.565	1.919.415
Adicional de Conservação de Capital	216.542	196.773
Índice de Basileia	31,64%	34,20%

27. OUTROS ASSUNTOS

Contingência passiva remota - Dedutibilidade de ágio

Conforme determina o CPC 25, não há obrigatoriedade de constituição de provisão, tão pouco de divulgação de contingências passivas classificadas como remotas, ainda assim, estamos realizando a divulgação, por boas práticas e transparência, que o Banco discute judicialmente a glosa da dedutibilidade de ágio gerado em operação societária ocorrida em 2004 e deduzida nas bases de IRPJ e CSLL nos anos de 2005 a 2009 e 2012, no valor de R\$433.899, cuja expectativa de perda dada ao caso por seus assessores legais é remota.



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS